

APRESENTAÇÃO DOSSIÊ

MATERIALIDADES PARA ENSINAR A LER E ESCREVER: DIÁLOGOS E INTERFACES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (SÉCULOS XIX E XX)

DOSSIER PRESENTATION

MATERIALITIES FOR TEACHING READING AND WRITING: DIALOGUES AND INTERFACES FOR THE HISTORY OF EDUCATION (19TH AND 20ST CENTURIES)

Claudia Panizzolo¹

<https://orcid.org/0000-0003-3693-0165> ¹

Terciane Ângela Luchese²

<https://orcid.org/0000-0002-6608-9728> ²

No processo de constituição da escola moderna, os materiais para ensinar a ler e escrever se tornaram artefatos pedagógicos imprescindíveis para o acesso ao mundo da escrita, além de serem instrumentos privilegiados por meio dos quais a instituição educacional veiculava valores, saberes e protocolos de comportamento. A história do livro, em especial a do livro escolar, tem nos fornecido elementos para a compreensão desse objeto que, aos olhos dos seus consumidores mais comuns, sejam alunos, pais ou professores, muitas vezes, não apresentam nada de raro ou singular, lhe conferindo um status inferior em relação a outros produtos editoriais, visto que logo perde o valor de mercado, assim que ocorre uma mudança de métodos ou programas de ensino, ditados pelas políticas educacionais.

Apesar de sua efemeridade, o livro escolar é um bem cultural, um artefato da cultura e fonte privilegiada para o historiador da educação que se debruça sobre esse objeto, buscando a complexidade das especificidades que o caracterizam, tendo como princípio norteador o cuidado em estabelecer sua distinção quanto aos demais impressos. É também resultante de uma construção intelectual, portanto, a relação entre o conhecimento histórico das práticas de ensino e o livro de leitura escolar, lhe confere o status de lugar de memória. A história cultural tem evidenciado que é preciso identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade

¹ Professora Associada IV da Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, São Paulo, Brasil. Professora do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Infância, Cultura e História (GEPICH) e pesquisadora do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM).
E-mail: claudia.panizzolo@unifesp.br

² Terciane Ângela Luchese é professora titular da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.

social é construída, pensada, dada a ler (Chartier, 1990). E mais, as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam, elas são manifestadas pelos discursos proferidos de acordo com a posição de quem os utiliza, estando colocadas num campo de concorrências e de competições, cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. Desse modo, pensar no livro como documento e objeto de pesquisa para a História da Educação nos permite uma miríade de possibilidades e questões investigativas.

O livro escolar apresenta a materialidade que para os historiadores da educação permite entrever possibilidades analíticas múltiplas. São diversas as camadas de sentido que o livro escolar, como documento histórico, guarda. Desde sua vinculação (ou não) com políticas educacionais de um dado tempo histórico, os processos envolvendo sua produção, distribuição e apropriação. As possibilidades e escolhas do autor, mas também do editor na sua composição. A concretude da materialidade que, também, por vezes denota seu uso, com notas às margens, sublinhados ou riscados, sinalizações, escritas informais e ordinárias. Selos e por vezes carimbos, algum papel guardado e esquecido em seu interior. Os livros permitem pensar nas práticas e nos modos de pensar as aulas. Os livros e suas materialidades são também objetos que evocam memórias, sentimentos e sensações daqueles que vivendo a experiência escolar, com o manuseio do livro, recordam e narram. Como afirma Escolano Benito (2017, p. 225) “Fazer falar essas materialidades leva a abrir a memória que nelas está inserida e a intuir ou explicitar os discursos que as constituíram”. Partindo dessas premissas, o presente dossiê tem por objetivo reunir estudos no campo da história da educação, considerando os materiais para o ensino da leitura e da escrita como temática e fonte de pesquisa. Desse conjunto, elegemos as cartilhas e os livros de leitura como fontes privilegiadas, já que são os materiais mais utilizados para o ensino rudimentar dessas práticas, bem como as principais fontes de pesquisadores do livro e das edições escolares.

Estudos sobre esses objetos podem revelar aspectos inerentes à materialidade do impresso na história das edições escolares. Nessa perspectiva analítica, tomamos o livro de leitura como objeto fabricado, prestando atenção à sua materialidade, mas que passa por uma cadeia de intervenções até chegar à mão do leitor, uma vez que a materialidade do livro é inseparável da materialidade do texto. Além da materialidade do impresso, a história das edições escolares também tem se debruçado em aspectos relacionados aos contratos estabelecidos entre autores e editores. Estudos revelam o quanto o livro escolar se tornou um produto lucrativo desde o final do século XIX, atraindo o interesse de sujeitos, especialmente de professores que passaram a escrever para um público específico da instrução primária.

A expansão da instrução elementar e a entrada de uma nova geração de autores no mercado do livro escolar alterou significativamente as relações comerciais estabelecidas nos contratos editoriais, conferindo um novo *status* ao sujeito que escreve, já que toda obra, para se tornar conhecida e se fazer circular, depende de uma consciência da dimensão coletiva de toda a produção textual e do reconhecimento do escritor como autor. Os estudos sobre esses materiais também descortinam as disputas entre os partidários dos métodos de alfabetização e leitura, expõem as tensões e os embates travados entre os defensores dos denominados métodos inovadores em oposição aos métodos e práticas tidas como antigas e tradicionais. Além dos temas mais presentes

na historiografia da educação, em relação à história do livro e das edições escolares, alargamos nosso escopo temático, estabelecendo diálogos e interfaces com estudos que analisem materiais produzidos para o ensino da leitura e escrita, entre o século XIX e XXI, que dialoguem com diferentes matrizes culturais, com grupos etários diversos, com diferentes marcadores de gênero, raça, classe social e etnia, bem como com espaços educativos não-escolares. Esses estudos abrangem, por exemplo, a produção de livros de literatura destinados para o público infantil e juvenil.

A literatura infantil brasileira foi, de modo geral, marcada por uma narrativa única, em especial quando se trata da história oficial dos vencedores e dos vencidos, reforçando a visão estereotipada e preconceituosa do negro e do indígena, associando suas imagens à condição de inferioridade e subalternidade em relação aos personagens brancos. Foi somente a partir dos anos 1980 que culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas passaram a ganhar visibilidade na literatura para crianças e jovens. Em relação a esse gênero, os novos rumos no mercado editorial brasileiro têm incentivado pesquisadores a questionar a literatura do passado, propondo novas perspectivas analíticas de uma produção que vem crescendo de forma vertiginosa incentivada por leis que tornam obrigatório o ensino de matrizes culturais que estiveram à margem da história e do currículo escolar. Apesar dos avanços que os novos estudos têm apresentado em relação a temas ligados à leitura e escrita, em especial aquelas que vão para a escola, uma vez que reconhecemos a instituição educacional como espaço privilegiado e, muitas vezes, a única forma de acesso ao livro pelas camadas populares da sociedade, consideramos a possibilidade de agrupar pesquisas que dialoguem também com espaços educativos não-escolares. Estudos desse tipo revelam interessantes materiais para leitura e escrita, além de textos imagéticos que articulam princípios civilizatórios e saberes ancestrais presentes em culturas orais.

Nesse amplo espectro de possibilidades investigativas, o dossiê é composto por onze textos que, no conjunto, nos fornecem resultados que se somam e descortinam caminhos para pensar a pesquisa histórico-educacional. O artigo que abre o dossiê intitulado “Caneta de pena e tinteiro: lugares de encontro para a escrita (séculos XIX e XX)” das autoras Maria Teresa Santos Cunha e Vania Grim Thies focaliza a pena, a caneta de pena e o tinteiro como artefatos usados para a escrita na escola e fora dela e que circularam nos impressos como propagandas ou como indicativos para a aprendizagem e usos. A caneta de pena (e suas ponteiras) e o tinteiro foram suportes para a escrita manuscrita, envolvendo, além da aprendizagem do ato de escrever e copiar, um treino caligráfico e o esforço muscular para seu uso, demonstrando o modo como a escola e seus materiais foram sendo constituídos ao longo dos anos.

O segundo artigo, “Leitura e escrita no Ensino Primário Paranaense pela prática docente em meados do séc. XIX” de Gizele de Souza e Franciele F. França convida a conhecer a instrução pública da província paranaense e as indicações de uso de livros para o ensino da leitura e escrita das crianças, centrando a análise na noção de autoria do fazer docente, evidenciando a constituição de uma cultura escolar e de uma cultura material escolar por meio dos fazeres ordinários desses sujeitos. As escolhas de materiais pedagógicos e os métodos e dinâmicas de trabalho, por professores primários, caracterizam-se como credenciais do exercício do ofício docente.

Na sequência, o artigo intitulado “A consolidação da materialidade no ambiente escolar do Rio Grande do Sul” de autoria de Elomar Tambara e Eduardo Arriada convida o leitor a pensar o contexto sul-rio-grandense ao abordar o processo de consolidação da materialidade do sistema educacional no Rio Grande do Sul idealizado para a aquisição da leitura e da escrita em ambiente escolar no século XIX. Ao analisar, por exemplo, as listas de materiais e objetos a serem entregues às escolas ou os inventários, evidencia-se a complexa rede de relações, desde o professor, o inspetor, o diretor da instrução pública, assim como as demais autoridades, inclusive os pais dos alunos.

Os autores do quarto artigo, Samuel Luis Velazquez Castellanos e Cesar Augusto Castro nos convidam a ler “Livros escolares Maranhenses: ler ou civilizar?” uma relevante análise que buscou compreender o lugar de *Aos Meus Meninos* (1874) e de *Almanck de Lembranças Brasileiras* (1862) do autor maranhense Cesar Augusto Marques. Obras produzidas no Maranhão na Tipografias de Frias no oitocentos, tais livros de leitura como manuais de civilidade que fazem parte da cultura material das escolas no século XIX, permitindo entrever formas de conceber, produzir, distribuir e consumir tais obras, atentando inclusive para sua materialidade.

O quinto artigo, de Ana Raquel Costa Dias, “Goianos ilustres em Goiaz e em Brasília: história para grandes e pequenos” investiga as lições biográficas apresentadas em dois livros de leitura, escritos por Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro. Trata-se dos livros *Goiaz coração do Brasil* (1934) e *Brasília rainha do Planalto: história de Brasília para grandes e pequenos* (1975), escritos destinados especialmente ao ensino de história em um contexto regional. A escrita biográfica sobre sujeitos ufanistas, como repositório de exemplos, um viés da história regional e o uso desse tipo de registro, para o ensino de história e da leitura e da escrita inicial, no Brasil do século XX são tematizados no texto, que contribui para pensar escrita biográfica sobre sujeitos ufanistas, como repositório de exemplos, um viés da história regional e o uso desse tipo de registro, para o ensino de história e da leitura e da escrita inicial, no Brasil do século XX.

Colocando foco em obra de circulação internacional, as autoras Claudia Panizzolo e Anna Ascenzi escrevem “*Cuore* para a escola elementar dos dois lados do Atlântico (entre fins do século XIX e início do século XX)”. Há uma importante produção sobre os livros escolares e o mercado editorial do século XIX na Itália, que destacam o *Cuore*, quer seja como um projeto editorial bastante inovador, quer pelos valores difundidos para a constituição de um cidadão novo para uma Itália Recém-Unificada. A difusão da obra no Brasil em italiano e em suas múltiplas versões traduzidas sinaliza que dos dois lados do Oceano Atlântico era precisa forjar o homem novo, laborioso, abnegado, resiliente, que por meio da obediência à família, aprendesse a amar os mestres e a Pátria.

A “Presença de obras literárias e históricas de Giuseppe Fanciulli (1922 – 1938): entre Itália, Brasil e Argentina” de autoria de Terciane Ângela Luchese e Paula Alejandra Serrao analisa no contexto de afirmação do fascismo na Itália, a produção e a distribuição, bem como algumas nuances de apropriação, das obras de Giuseppe Fanciulli, conectando a Itália com a circulação das obras na Argentina e no Brasil numa perspectiva transnacional.

“*Die Kinder Sollen Erzogen Werden Zu Tüchtigen, Praktischen Menschen*”: as escolas comunitárias teuto-brasileiras” das autoras Cintia Regia Rodrigues e Valéria Contrucci de Oliveira Mailer aborda as práticas e materialidades pedagógicas no contexto das escolas comunitárias teuto-catarinenses, estabelecidas a partir da imigração alemã no século XIX, no sul do Brasil. No texto, caracterizam o projeto educativo das escolas étnicas alemãs em Santa Catarina, a partir da identificação do jornal pedagógico *Mitteilungen*, que emanava concepções pedagógicas e orientações de currículo e materiais didáticos. Os direcionamentos em relação a prática docente dos professores ressoaram nas páginas do jornal e inspiraram fazeres escolares.

O artigo intitulado “Estratégias de letramento religioso na escola dominical luterana” de autoria de Karen Laiz Krause Romig e Patrícia Weiduschadt analisa as estratégias de letramento religioso da Escola Dominical entre os anos de 1970 e 1990. A Escola Dominical da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) pode ser considerada um espaço religioso e uma prática educativa que ampliou sua força a partir da década de 1970. No texto, as autoras analisam os materiais educativos utilizados que, para além de um letramento religioso, contribuíam para a alfabetização, apoiando a formação de crianças e jovens.

Os autores Lucilene Alcanfor e Jorge Basso no artigo “A Cartilha Nagô De Mestre Didi: Um Artista Educador Negro Baiano” atentam para o contexto de produção de uma cartilha destinada ao ensino da língua iorubá para crianças e adultos, criada e escrita na década de 1960 por Deoscóredes Maxiliano dos Santos (1917-2013), mais conhecido como Mestre Didi. Ao articular a análise da cartilha em sua materialidade às experiências de Mestre Didi no interior dessa confraria religiosa, coloca em evidência o autor como personagem marcante da cultura baiana da segunda metade do século XX e a obra, relevante por dialogar com a cultura escolar pela escolha do método de alfabetização, pela organização e estrutura das lições, ligadas aos saberes e fazeres cotidianos dessa comunidade litúrgica.

No último artigo do dossiê, intitulado “A prática de leitura e escrita nos textos jornalísticos e a educação das mulheres” escrito por Vera Lucia Martiniak e Loraine Lopes de Oliveira, contextualiza a educação primária no Paraná, a feminização do magistério e analisa as práticas de leitura e escrita pelas mulheres paranaenses no início do século XX, adotando como objeto de estudo os jornais que circulavam neste período, diversas delas também na condição de autoras.

O dossiê é um convite para o diálogo aberto entre pesquisadores da história da educação que, a partir de interfaces diversas, vem ressignificando seus objetos de estudo por meio de abordagens que desafiam os cânones do campo, de modo a propormos novas historiografias constituídas na modernidade.

REFERÊNCIAS:

CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

ESCOLANO BENITO, Agustin. **A Escola Como Cultura.** Experiência, Memória e Arqueologia. Campinas: Alínea Editora, 2017.